



MEDIDAS APROVADAS EM CONSELHO DE MINISTROS

GOVERNO MANTÉM A PRESSÃO SOBRE OS SALÁRIOS E AS PENSÕES

O Governo aprovou hoje em Conselho de Ministros um conjunto de medidas que visam cumprir o défice de 2.5% em 2015, o equivalente a 1.400 milhões de euros (0.8% do PIB).

Não obstante a necessidade de consolidação orçamental, a UGT lamenta que o Governo insista cegamente no cumprimento dos objectivos impostos pelos credores externos, em grande parte à custa dos rendimentos do trabalho, quer dos trabalhadores, quer dos pensionistas, e do Estado Social para o qual todos contribuímos. E muito menos compreendemos que o Governo assuma que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o défice de 2014 fique nos 1,9%, ou seja, um resultado que só será obtido com a manutenção das políticas de austeridade que vêm penalizando e empobrecendo os portugueses.

Porquê esta meta de extrema exigência e crueldade? A quem pretende agradar o Governo? Porque não aproveita o Governo a folga que existe para manter as expectativas de alcançar o compromisso a que se propôs de colocar o défice em 4%? Porque não atenua os esforços titânicos e até tirânicos impostos aos portugueses?

Apesar de o Ministro da Presidência ter anunciado que não existirá um aumento de impostos e sacrifícios adicionais, a realidade é que ainda estão por anunciar medidas de cortes de salários e pensões permanentes que visam substituir medidas excepcionais, designadamente a CES, com o argumento de se aguardar pela decisão do Tribunal Constitucional.

A UGT rejeita em absoluto que os cortes aplicados a salários e pensões sejam considerados definitivos, contrariando a lógica que precedeu à sua implementação - transitoriedade e excepcionalidade. A Administração Pública e os trabalhadores do Sector Empresarial do Estado não podem ser vistos como uma mera variável de ajustamento, numa lógica de cortes cegos (sob a forma de rescisões, fusões ou reorganizações empresariais), determinado apenas pelo seu impacto imediato nas contas públicas, descurando os efeitos sociais e económicos para Portugal.

As medidas anunciadas que se inserem na chamada Reforma do Estado continuam a ser: cortar salários, reduzir pensões, diminuir prestações, ou cortar em áreas centrais do funcionamento do Estado. Ou seja, empobrecer à força.

A UGT sempre esteve disponível para dialogar sobre a Reforma do estado, mas numa base de discussão séria que aborde as questões da eficácia e da eficiência da Administração pública e do próprio Estado, garantindo a sustentabilidade e a proximidade dos serviços públicos prestados às populações, sem colocar em causa os princípios basilares do Estado Social construído e consolidado nestes 40 anos de democracia.

É tempo de tratar os portugueses com justiça social. Esse sim, é um imperativo ético da nossa governação actual.

Lisboa, 15 de Abril de 2014

Secretariado Executivo